

A ditadura militar brasileira em determinados manuais didáticos da educação básica

The brazilian military dictatorship in some textbooks of basic education

Thiago Felipe dos Reis¹
Eliane Mimesse Prado²

¹ Especialista em História Cultural pela UTP, professor na OPET.

² Doutora em Educação pela PUCSP, professora no Centro Universitário UNINTER, eliane.p@grupouninter.com.br.

Resumo

Analisa-se como são apresentados os conteúdos sobre a Ditadura Militar brasileira em alguns dos livros didáticos de História. Objetiva-se verificar, interpretar e analisar os conteúdos sobre o período apresentados pelos livros usados nos anos finais do ensino fundamental. Focaram-se os conteúdos referentes ao período entre 1964 e 1985. A escolha dos manuais ocorreu em função dos volumes disponibilizados para consulta nas bibliotecas de escolas estaduais da cidade de Curitiba. Selecionaram-se apenas os que se referiam aos conteúdos da ditadura: Arruda, *História Integrada*; Piletti & Piletti, *História e Vida*; Martins, *História* e Schmidt, *Nova História Crítica*. Na fundamentação teórica, entre outros autores, foram utilizados Chartier (1996), Chevallard (1997). Constatou-se que existem equívocos e omissões, além do discurso ideológico incutido nos conteúdos. Conclui-se que prevalece, a ênfase nos acontecimentos cronológicos e factuais. Os esclarecimentos sobre os motivos das ações, de alguns setores da sociedade civil, no período estudado ainda permanecem pouco explorados nesses livros.

Palavras –chave: livros didáticos; ensino de História; metodologia de ensino.

Abstract

It analyzes how the contents are displayed on the Brazilian Military Dictatorship in History textbooks. It aims to verify, interpret and analyze the contents of the period presented by the books used in the final years of elementary school. Have focused on content related to the period between 1964 and 1985. The choice of textbooks was a function of the volumes available for consultation in the libraries of public schools in the city of Curitiba. We selected only the ones related to the contents of the dictatorship: Arruda, *Integrated History*; Piletti & Piletti, *History and Life*; Martins,

History and Schmidt, *New Critical History*. In the theory, among others, were used Chartier (1996), Chevallard (1997). It was found that there are mistakes and omissions, and the ideological discourse instilled in content. We conclude that prevails, the emphasis on factual and chronological events. Clarifications about the motives of actions, some sectors of civil society in the period studied are still little explored in these books.

Keywords: textbooks, teaching history, teaching methodology.

Introdução

Este artigo insere-se em uma nova perspectiva da História da Educação, verificada a partir dos anos de 1980 e de 1990 em uma nova forma de pensar a História. Foi somente a partir desses anos que a História da Educação passou a desenvolver uma narrativa própria de caráter mais histórico, abrindo-se um leque de temas e questões antes não valorizados, segundo Buffa e Nosella (2008). Sobretudo com o desenvolvimento da História cultural, a História da Educação voltou sua atenção para o interior da escola, neste caso, especificamente, tratar-se-á sobre o manuseio e os conteúdos dos livros didáticos.

As discussões sobre o livro didático, de modo geral, necessitam ser compreendidas por três aspectos: processo de produção, distribuição e consumo. Esses aspectos envolvem, historicamente, os contextos em que foram produzidos os livros, as políticas editoriais - como as leis oficiais que regem a forma de produção dos livros, mercado e preços, além de outros, e os processos de compra e venda dos livros, questões sobre a aquisição de livros destinados à escola e ao consumo. Tais aspectos sugerem que nenhum livro didático pode ser apreendido como produto abstrato ou neutro, distanciando-se do contexto histórico em que existiu ou existe.

Sua função entre outras é a de permitir ao professor possibilidades de se conhecer e discutir novas propostas historiográficas, não as considerando verdades imutáveis, mas sempre os incorporando às novas leituras que possam reforçar ou contradizer as verdades anteriores, desenvolvendo um senso crítico e que este senso, conseqüentemente, chegue ao aluno de forma que, de posse dos conhecimentos e discussões realizadas em sala de aula possa criar um pensamento próprio sobre a História.

Para Rüsen (1987), um dos princípios constitutivos da didática da História é o de ordem teórica, por dizer respeito às orientações e discussões sobre as condições, finalidades e objetivos do ensino de História e, ainda, envolver questões como “para que serve ensinar História?”, “por que trabalhar História na escola?” “e que significado tem a História para alunos e professores?”. A resposta a estas indagações pode ser encontrada em vertentes historiográficas que entendem a História como o estudo da experiência humana no tempo, como nos apresentou Thompson (1981). Essa concepção permite entender que a História estuda a vida de homens e mulheres tentando recuperar o sentido de experiências individuais e coletivas. Este pode ser um dos principais critérios para a seleção de conteúdos e sua organização em temas a serem ensinados com o objetivo de contribuir para a formação de consciências individuais e coletivas numa perspectiva crítica.

Neste caso, podem ser empregadas também as categorias de *representação* e *apropriação*. Chartier (1986) explica como os indivíduos e grupos de modo geral constituem representações sociais, nas quais se apoiam para sua leitura de mundo, assim como também possuem modos particulares de apropriação coerentes com essas representações, o que contribui para tornar aquilo do que se apropriam mais adequado à sua realidade. O autor percebe que, quando a História passou a penetrar no particular, conflitos ou movimentos sociais passaram a desencadear mudanças, e que estas não dependem única e exclusivamente de um sujeito e sim de um conjunto de pessoas.

Estas questões são bastantes pertinentes à temática deste artigo, uma vez que propõem-se trabalhar com o período da ditadura militar brasileira nos livros didáticos de História e como este conteúdo foi representado. Outra questão a ser abrangida, diz respeito à popularização do saber histórico pelos livros didáticos, que implicam, de maneira explícita, que o professor tenha familiaridade com a produção historiográfica atualizada, clareza nos pressupostos teóricos e metodológicos da História e, também, em seus problemas e objetos. Nesse sentido, a ideia de transposição didática, encontra-se vinculada com a ideia da necessidade de algum tipo de adaptação do conhecimento quando se trata de ensiná-lo.

A necessidade de se ensinar o conhecimento leva à necessidade de modificá-lo, e essa modificação é chamada de transposição didática. Ao entrarem para a escola, os

objetos de conhecimento – o saber científico ou as práticas sociais – convertem-se em objetos de ensino ou conteúdos curriculares, como foi explicitado por Chevallard (1997).

É preciso modificar o saber para que este se transforme em objeto de ensino, isto é, em condições de ser apreendido pelo aluno. Quanto aos critérios de análise dos livros, além dos pressupostos apontados, podem ser destacadas as sugestões apresentadas, por exemplo, nas políticas oficiais de análise dos livros didáticos, já implantadas, no Brasil. Os livros didáticos contém informações e interpretações sobre as mais diversas culturas nacionais e universais, apresentam determinados conhecimentos que podem auxiliar na aquisição de novas linguagens, além da escrita, ampliando conhecimentos e, por meio das formas didatizadas do saber escolar, deve contribuir para que o aluno caminhe em direção ao saber científico. Para Batista (2000, p.531), “trata-se de um livro efêmero que se desatualiza com muita velocidade”. Segundo este autor, o livro didático sofreu - durante tempos um desprestígio social, devido exatamente à sua efemeridade e a sua finalidade de ser utilizado apenas em ambiente escolar. Nos últimos anos, têm-se assistido a uma renovação no campo de estudos de História da Educação, em decorrência, ao que tudo indica, da influência de estudos na área da sociologia e da História do livro e da leitura, advindos de uma nova forma de se escrever a História. Nesse caso, salvo algumas exceções, o livro escolar é compreendido mais como uma interessante fonte para o estudo do cotidiano e dos saberes escolares do que propriamente como um objeto de estudo e pesquisa.

Apesar de sua dita efemeridade, e de seu pequeno valor social atribuído ao longo das últimas décadas, os manuais didáticos ainda encontram-se como a principal fonte de informação impressa utilizada por parte significativa de alunos e professores brasileiros e essa ação ocorre quanto mais as populações escolares - docentes e discentes - têm menor acesso a bens econômicos e culturais.

Neste sentido, segundo Cassiano (2007) os livros didáticos possuem tanto uma dimensão econômica quanto político-ideológica. Esses livros são, antes de tudo, uma mercadoria, um produto do mundo da edição que obedecem à evolução das técnicas de fabricação e comercialização pertencentes à lógica do mercado. Nessas condições, a sua dimensão econômica pode ser definida pelo fato de que responde por cerca da metade do mercado editorial brasileiro. É importante entender que esse material

didático não constitui um corpo homogêneo de ideias e interpretações, mas algo muito mais complexo, em virtude da diversidade de posições entre os autores e das próprias contradições internas das obras.

A partir disso, se percebe que os livros didáticos são materiais carregados de ideologias e pensamentos específicos, desde a sua escrita até a sua escolha, isso ocorre devido à formação e ideologia do próprio autor, e também à formação e ideologia dos próprios pareceristas, que são os que escolhem os livros didáticos a serem utilizados pela maioria das escolas públicas.

Os livros didáticos trazem um saber sistematizado, conforme indicado por Chaves (2006), sobre os mais variados temas e situações, podendo privilegiar alguns, ignorar e silenciar outros, como resultado dos processos de escolha e seleção pelos quais passaram os conteúdos e as formas de didatizar e apresentar desses conteúdos que acabam, finalmente, por se expressar no conjunto de manuais disponibilizados para a escolha dos professores. No caso dos livros didáticos de História, particularmente, torna-se interessante examinar os temas e situações que podem estar excluídas ou silenciadas.

Assim, nessa perspectiva, o livro didático de História pode aparecer como fonte para a pesquisa histórica e base para a narrativa deste artigo. A dificuldade de acesso às fontes escolares produzidas no interior da escola têm levado muitos pesquisadores interessados em investigações sobre a interioridade da escola – como a prática escolar e a circulação de saberes nas instituições educativas, dentre outras questões – a utilizar o livro didático como uma fonte de acesso privilegiada ao saber escolar, devido à sua grande utilização nas escolas brasileiras.

A partir destes pressupostos, foi escolhida como fontes para a realização deste artigo uma sequência de cinco livros didáticos produzidos no Brasil entre a segunda metade dos anos de 1990 e início dos anos de 2000. Esta escolha se deu pelo fato de as políticas públicas do livro didático no Brasil, mais especificadamente o Programa Nacional do Livro Didático, de acordo com Cassiano (2007), terem passado por uma nova estruturação no que diz respeito à sua composição e escolha, neste período.

A estruturação dos livros didáticos.

Embasados na ideia de que os livros didáticos, ainda são em pleno século XXI, o principal instrumento de trabalho do professor em sala de aula, optou-se por pesquisar em cinco coleções didáticas, datadas do período de reavaliação sobre as políticas públicas do livro didático no Brasil, a forma como os autores expuseram em seus livros o período referente aos conteúdos da Ditadura Militar. As obras didáticas adotadas para análise nos limites deste artigo não esgotam a produção brasileira dos anos de 1990. Estas obras foram utilizadas por inúmeras escolas públicas da cidade de Curitiba, do Estado do Paraná e do Brasil, e nelas encontraram-se visões distorcidas, além de anacronismos e simplismos no que diz respeito à composição da obra. Os livros analisados foram: *História e Reflexão* de Gilberto Cotrim de 1995; *História Integrada* de José Jobson de Andrade Arruda de 1996; *História e Vida* de Nelson e Claudino Piletti de 1998; *História* de Martins de 1999 e *Nova História Crítica* de Mario Schmidt de 2001..

A coleção de Cotrim, denominada de *História e Reflexão* é composta por uma série de quatro volumes, utilizados de 5ª a 8ª séries. No âmbito deste texto se trabalhará somente com o volume quatro, no qual se encontra inserido o conteúdo referente à Ditadura Militar no Brasil. A obra de Cotrim (1995, p. 2) é baseada na cronologia linear, em sua apresentação o autor traz ao leitor a seguinte ideia: “Toda a coleção foi criteriosamente elaborada para atender ao ensino moderno, crítico e dinâmico. Além dos conteúdos fundamentais, dedica atenção aos novos temas e estudos históricos como: o cotidiano, a vida privada, a visão dos vencidos e a mentalidade dos grupos sociais.”.

Ao analisarmos o livro, ficou clara a ideia de que a proposta feita na sua apresentação não foi seguida e executada. Diante dos conteúdos, percebeu-se a linearidade e a História entendida exclusivamente como estudo do passado, sem muito aprofundamento e reflexão, como o próprio título sugere. No que diz respeito ao cotidiano, à vida privada e a visão dos vencidos, o que se apreende é simplesmente, uma pequena citação de certas ocasiões do cotidiano e alguns lembretes dos movimentos sociais surgidos no período. A partir destes, pode-se afirmar que Cotrim

(1995) ao propor no título e na apresentação uma História reflexiva e inovadora, não conseguiu no corpo do texto alcançar os objetivos propostos.

Por sua vez, Arruda (1996) em *História Integrada*, assim como Cotrim (1995), explorou assuntos da História Geral e História do Brasil conjuntamente em um mesmo volume. Sobre isso o autor escreveu: “Em geral, na 5ª e 6ª série, estudamos os fatos ocorridos em nosso país. E na 7ª e 8ª, vemos os acontecimentos mais importantes da humanidade, começando pela Pré-História e chegando até os dias atuais.” Na coleção *História Integrada*, apresenta a História Geral e a do Brasil simultaneamente, com o objetivo de fazer com que o aluno “perceba que na História muitas coisas estão acontecendo ao mesmo tempo. E que, muitas vezes, fatos ocorridos do outro lado do mundo exercem uma grande influência na vida dos brasileiros.”(ARRUDA, 1996, p.3)

No texto de apresentação do autor, percebeu-se uma tentativa de demonstrar a História como uma ciência em constante transformação, em que muitos eventos acontecem simultaneamente. Além de que o presente também faz parte de nossa História, uma ótima ideia do autor, porém no desenvolvimento do texto a História mostrou-se linear e sucessiva sem grandes diferenciais. A sua coleção foi composta por quatro volumes, um para cada série do Ensino Fundamental. Os volumes se dividiam em unidades, que por sua vez se subdividiam em capítulos.

A coleção *História e Vida* dos irmãos Nelson e Claudino Piletti(1998), diferentemente das duas primeiras, separa a História do Brasil e a História geral entre os volumes, sendo que os dois primeiros contemplavam a História brasileira e os dois últimos a História geral. Ao nos aprofundarmos na leitura do texto, torna-se clara a ideia que a proposta feita na apresentação não foi alcançada, diante dos conteúdos apresentados e ancorados nas variadas concepções de História, o que se verificou foi uma História entendida como estudo do passado - causas e consequências de fatos históricos, sem uma maior reflexão e problematização para os alunos. Em linhas gerais, uma História escrita de forma cronológica, baseada em grandes feitos e datas, com alguns trechos sobre assuntos ligados ao cotidiano e a coletividade.

Na obra de Martins (1999), intitulada *História*, há uma pequena diferença com relação à periodização e divisão dos conteúdos. O autor utilizou de três capítulos para tratar do conteúdo da Ditadura sem colocá-la na sequência cronológica como os demais. A coleção *História* também apresentou os conteúdos de História do Brasil

conjuntamente com a História geral. Ao analisarmos com mais atenção o texto de Martins (1999), identificou-se sua preocupação na apresentação, que era a de tornar o texto mais compreensível ao aluno, porém, em termos específicos, a coleção deste autor não trouxe diferenciais das demais, o texto é bastante resumido, contemplando apenas os fatos mais conhecidos da História, sem transmitir uma necessária ação reflexiva e crítica ao aluno.

Por último, tem-se o livro *Nova História Crítica* de Mário Schmidt (2001), que em comparação aos demais, possui alguns aspectos próprios que o diferenciam dos outros. Nesta obra, o autor expôs, assim como os anteriores, uma divisão cronológica dos acontecimentos. Diferentemente dos outros autores pesquisados Schmidt (2001) deixa claro no texto o uso de uma visão mais aproximada ao marxismo.

Já no título do livro percebeu-se a preocupação em tornar a História crítica e problematizada aos alunos, o que ele conseguiu alcançar em muitas partes de sua obra. No texto constante na apresentação, a pretensão era a de mostrar que a História não era única e verdadeira, mas que existiam outras interpretações e outras formas de ver o mundo. A questão da atualidade foi também muito presente em seu livro, ao longo dos capítulos o autor tentou demonstrar que muitas consequências da atualidade eram frutos do passado, além de indicar que o presente faz parte da História e que nós podemos modificá-lo se tivermos clareza e força de vontade.

No corpo do texto, além de questões sociais, econômicas e políticas, o autor fez referências aos cidadãos comuns e situações cotidianas. Além de se apoiar no modelo marxista, se amparar na questão da luta de classes e, numa visão política e econômica, Schmidt (2001) também se utilizou de elementos da Nova História Cultural francesa. Essa, por sua vez, prega uma maior amplitude nas pesquisas históricas, bem como defende uma nova perspectiva baseada em elementos da Antropologia e da cultura, é a abertura às situações antes excluídas da História.

A ditadura militar nos livros didáticos.

Ao analisarmos os livros didáticos de História houve a percepção de que a Ditadura Militar no Brasil até a atualidade ainda não é um assunto muito esclarecido.

Uma das hipóteses para tanto foi a constatação da redução de seus conteúdos nos manuais didáticos.

Percebeu-se que nos livros didáticos pesquisados o assunto da Ditadura foi tratado de forma superficial, sem mostrar ao leitor - neste caso o aluno, realmente a dura face da Ditadura. Geralmente o que se viu, com raríssimas exceções, era o assunto trabalhado linearmente, sem muitas novidades das demais obras presentes no mercado, com apenas alguns acréscimos e pequenas modificações realizadas pelos autores. Partindo-se deste princípio, optou-se por verificar de forma mais específica como esse assunto, ainda no final do século XX e início do XXI, foi tratado de forma generalizada e anacrônica.

No livro *História e reflexão*, de Cotrim (1995), a Ditadura Militar Brasileira é explorada muito resumidamente de forma factual e linear. A visão apresentada pelo livro é a de um período de dificuldades e repressão, mas sem grandes aprofundamentos no assunto ou atividades mais reflexivas. Evidenciando-se no trecho de Cotrim (1995, p.167) quando citou que: “O governo Médici foi o campeão do poder ditatorial e da violência repressiva contra a sociedade. Os direitos fundamentais do cidadão foram suspensos. Qualquer um podia ser preso se fosse do desejo do governo.”

Nesse caso, o autor simplesmente expôs a questão da repressão durante o período e citou que os direitos dos cidadãos em geral foram cerceados, em suma, na desenvoltura do texto, não há outros elementos que exemplifiquem isso e nem que demonstrem quais eram os argumentos do governo ditatorial para tomar certas posições.

Os governos da ditadura Castello Branco, Costa e Silva, Médici, Geisel e Figueiredo, são expostos respectivamente de forma linear e resumida. O cotidiano, a visão dos vencidos, a vida privada e a mentalidade dos movimentos sociais, de longe são explorados da maneira em que deveriam, o que se encontrou foram pequenos lembretes durante o texto sem contextualizações sobre certas ocasiões, como no exemplo: “Os trabalhadores foram duramente atingidos durante o governo militar. O governo interveio em milhares de sindicatos. Procurou desmontar a organização do movimento operário para impedir os protestos e as greves dos trabalhadores.”(COTRIM, 1995, p.165). Neste caso, o autor apenas fez uma alusão ao

que foi o movimento operário durante o período ditatorial sem demonstrar ao aluno o surgimento e as causas desse tipo de movimento. Outro aspecto a ser levado em consideração é que Cotrim (1995) não apresenta como esses movimentos foram reprimidos, e como surgiram esses protestos e greves nesse contexto. A partir disso, pode-se dizer que na maioria das vezes a real face da ditadura não foi transmitida ao aluno, que com informações superficiais acaba sem saber ao certo como funcionavam certos mecanismos deste período.

Em *História Integrada*, Arruda (1996) traçou um perfil da ditadura. De forma extremamente rápida o autor explana sobre o regime militar no país em três breves capítulos. Assim como Cotrim (1995), o autor apenas cita certos momentos da política econômica e social do regime, sem explorar mais profundamente quais eram realmente as medidas sócio-econômicas desse governo e suas consequências para a população. Os cinco governos deste período são colocados de forma linear, muito esporadicamente o autor fez alusão a determinados movimentos e aos cidadãos comuns. Arruda (1996) faz alusão ao movimento estudantil sem trazer ao leitor maiores detalhes ou reflexões.

A obra *História e Vida*, de Piletti & Piletti (1998) ao abordar o conteúdo referente à Ditadura no Brasil, expõem uma clara linha sucessória de fatos, em que os principais eventos e personagens do período foram listados. Outra percepção bastante evidente é a preferência com relação à questão política e econômica. Neste caso, situações do cotidiano, bem como cidadãos comuns, não tem o devido espaço no texto dos autores.

Piletti & Piletti (1998) iniciam fazendo um rápido histórico dos presidentes do período ditatorial, neste item ações políticas, sociais e econômicas do governo são privilegiadas. A oposição à Ditadura e a população são lembrados em pequenas caixas de textos, muitos fatos e situações importantes da História do Brasil deste período são omitidos e resumidos ao extremo.

De uma forma bastante otimista, pode-se dizer que os Piletti (1998) conseguem explorar um pouco mais a questão do cotidiano, dos movimentos sociais e das personagens comuns, ainda que de forma bastante resumida e fragmentada.

O livro *História* de Martins (1999), assim como os demais, também apresenta o regime militar no Brasil de modo simplificado. Nesse texto privilegiaram-se assuntos ligados à

economia, à política e às questões sociais. O autor fez diversas referências à política econômica no governo militar e trabalhou com muitos dados, mas ao mesmo tempo, apenas cita certas medidas adotadas por estes, sem contextualizá-las.

Seguindo um modelo um pouco diferente dos demais, Martins (1999) trabalhou com os governos da ditadura permeando-os em um único texto. Mesmo assim, a narrativa em muitos aspectos deixa a desejar e torna-se muitas vezes omissa ao explorar determinados assuntos. O cotidiano, os movimentos de resistência e a visão dos vencidos ou dos dominados não têm o devido espaço na sua obra. Ao analisar mais pontualmente seu livro, o que se percebe é um continuísmo de ideias no que diz respeito à Ditadura.

Por fim, o livro *Nova História Crítica* de Schmidt (2001) se utilizou basicamente de dois capítulos para abordar o regime militar no Brasil, além de fazer em outros capítulos uma maior contextualização da década de 1970 e da situação política mundial.

Fugindo à regra utilizada pelas outras coleções estudadas, esta privilegia o contexto de modo mais amplo, além de mostrar o papel de diversos personagens camuflados a tempos pela História. Movimentos Sociais, Estudantes, Religiosos, Arte, Cinema, Música, Cultura em geral, figuras políticas entre outros são mostrados de forma muito peculiar e completa. Para tal estratégia, o autor utilizou das mais diversas linguagens, como charges, caricaturas, imagens, fotografias, letras de músicas, poemas, esculturas, filmes entre outros. Pode-se dizer que esta foi a única obra analisada neste artigo, que contemplou um discurso mais abrangente e crítico, os dominados assim como os dominantes, tiveram o mesmo espaço no corpo do texto.

A obra de Schmidt (2001) além de apresentar uma escrita mais completa e elaborada, também contou com recursos metodológicos que enriqueceram sua obra, além de tornar o conteúdo mais reflexivo e problematizado ao aluno, articulando duas visões diferentes sobre o período: a das medidas tomadas pelos generais e as ações de protestos assumidas pela sociedade civil em geral.

Assim, pode-se concluir dizendo que nenhuma obra didática é por inteiro completa, ainda prevalecem nos conteúdos ensinados sobre a Ditadura, o discurso sobre os acontecimentos cronológicos e factuais. Os esclarecimentos sobre os motivos das ações, de alguns setores da sociedade civil, no período estudado ainda permanecem obscuros nos livros didáticos estudados. Cabe ao professor uma

formação sólida e à escola uma estrutura ampla, para que essas obras sejam utilizadas da melhor maneira possível no ensino de História. Só assim os alunos poderão perceber que a História não é única e verdadeira e, sim fruto de uma série de interpretações que se encontram em constantes mudanças e transformações.

Referências

BATISTA, A. A. G. Um objeto variável e instável, textos impressos e livros didáticos. In: ABREU, M. **Leitura, história e história da leitura**. São Paulo: Mercado de Letras, 2000. p. 529-573.

BUFFA, E.; NOSELLA, P. Instituições escolares: por que e como pesquisar. **Cadernos de Pesquisa: pensamento educacional**, São Paulo, v. 3, n.5, p. 13-31, jun. 2008.

CASSIANO, C. C. F. **O mercado do livro didático no Brasil: da criação do Programa Nacional do Livro Didático no Brasil (PNLD) à entrada do capital internacional espanhol (1985-2007)**. 2007. Tese (Doutorado), Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2007.

CHARTIER, R. **A história cultural. Entre práticas e representações**. Lisboa: DIFEL, 1986.

CHAVES, E. A. **A música caipira em aulas de História: questões e possibilidades**. Curitiba. 2006. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2006.

CHEVALLARD, Y. **La transposición didáctica: del saber sábio al saber a ser ensinado**. Buenos Aires: Aique, 1997.

RÜSEN, J. The didactics of history in West Germany: towards a new self-awareness of historical studies. **History and Theory**, Middletown, v. 26, n. 3, 1987.

THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

Fontes

ARRUDA, J. J. A. **História Integrada**. Do final do século XIX aos dias de hoje. v. 4. São Paulo: Ática, 1996.

COTRIM, G. **História e Reflexão**. Mundo contemporâneo e Brasil República. São Paulo: Saraiva, 1995.

MARTINS, J. **História**. 8ª série. São Paulo: FTD, 1999.

PILETTI, N. & PILETTI, C. **História e Vida**. Brasil: do Império aos dias de hoje. 2 v. 14 ed.
São Paulo: Ática, 1998.

SCHMIDT, M. **Nova História Crítica**. 8ª série. São Paulo: Nova Geração, 2001.